

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Alta da gasolina este ano é superior à do óleo diesel.....	2
Título: Plano de Guedes para gás mais barato encontra resistência na Petrobrás	3
Título: Bolsonaro diz ter ‘simpatia inicial’ por venda da Petrobrás	5
Título: » So long.....	7
Título: Caminhoneiros ainda divergem sobre nova paralisação	7
Título: Preços do petróleo fecham semana em alta	9
Título: Salles decide militarizar pasta do Meio Ambiente	10
Título: Ministério do Meio Ambiente, de mal a pior.....	11
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	14
Título: Mesmo após reajuste, preço do diesel manteria defasagem internacional	14
Título: Tesouro vai propor limitar reajuste dos servidores a mandato dos governantes.....	16
Título: Bem feito!	17
VEÍCULO: O Globo.....	18
Título: Petroleira sobe após reajuste do diesel e garante alta de 1,39% à Bolsa	18
Título: Planos ousados de Paulo Guedes	19
Título: Simpatia inicial pela privatização.....	21
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	23
Título: Mercado mais calmo com reajuste do diesel	23

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 19/04/2019****Seção: Economia****Autor: Daniela Amorim Denise Luna****Título: Alta da gasolina este ano é superior à do óleo diesel**

Desde janeiro, os preços da gasolina nas refinarias acumulam um aumento de 30%, enquanto a alta do diesel no período foi de 24%

A ameaça de greve dos caminhoneiros jogou holofotes na alta do preço do diesel este ano, mas a gasolina já acumula uma variação ainda maior. Em 2019, o reajuste promovido pela Petrobrás para a gasolina vendida nas refinarias chega a quase 30%, enquanto o do diesel soma 24%.

O consumidor, porém, ainda não sentiu o impacto total desses reajustes, pelo fato de as distribuidoras estarem absorvendo parte desse aumento. Além disso, a Petrobrás não repassou integralmente os ajustes da cotação do petróleo no mercado internacional.

Pelas contas do diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, para compensar integralmente a paridade internacional, só nos últimos 30 dias a estatal teria de ter elevado em R\$ 0,18, e não em R\$ 0,11, o preço do litro da gasolina. "Nesse período, a cotação internacional subiu 11% e a Petrobrás reajustou a gasolina em 6%."

A decisão das distribuidoras de absorver parte do reajuste praticado pela Petrobrás também tem poupado um pouco os consumidores. No primeiro trimestre, o aumento nas bombas de gasolina nos postos foi de apenas 0,7%, ante uma alta de 20,2% nas refinarias no mesmo período, segundo dados da Associação Nacional das Distribuidoras de combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural).

"Revendedores e distribuidores estão abrindo mão de margem para garantir o volume de vendas e manter competitividade", explicou o presidente executivo da Plural, Leonardo Gadotti. "É preciso estar atento ao fato de que o valor dos combustíveis nunca sobe na mesma magnitude do reajuste nas refinarias. O aumento do preço na refinaria é diluído ao longo da cadeia. Isso mostra que o mercado está funcionando", disse.

Dados do IBGE mostram que a alta da gasolina começou a pesar mais no bolso do consumidor este ano a partir de março, quando foi responsável por 16% da inflação de 0,75% registrada pelo IPCA. O produto é o terceiro item que mais afeta o orçamento das famílias brasileiras, atrás apenas da refeição consumida fora de casa e do custo do empregado doméstico.

"Provavelmente os postos de combustíveis estão repassando a alta agora porque talvez tivessem estoque de combustível que compraram antes do aumento", disse Fernando Gonçalves, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços do IBGE, acrescentando que não era possível dizer se o represamento do preço teria alguma relação com a demanda fraca por parte de consumidores.

Pressão. Para o professor da UFRJ Edmar Almeida, quanto mais segurar o preço, pior para a economia, porque quando o ajuste vier terá de ser alto, levando em conta a continuidade do aumento da cotação do petróleo no mercado externo e a desvalorização do real no mercado interno.

Almeida estima que o petróleo não vai parar de subir no curto prazo, por conta da pressão da demanda, junto com uma queda de oferta provocada por Venezuela e Líbia. "Desde que o preço do barril caiu abaixo dos US\$ 30, em 2014, o petróleo está volátil e assim vai continuar. A demanda mundial está forte mesmo com a desaceleração da economia mundial", disse.

Segundo ele, "não dá para tapar o sol com a peneira; a população tem de aprender que o preço do combustível é livre". Ele ressaltou ainda que existem opções aos combustíveis fósseis, como etanol e Gás Natural Veicular (GNV).

A Petrobrás informou, em nota, "que continuam em vigor os princípios de preço de paridade internacional (PPI)" e ressaltou que, desde setembro de 2018, a diretoria da empresa aprovou mecanismo de proteção (hedge) complementar à política de preços da gasolina, o que permite à Petrobrás ter a opção de alterar a frequência dos reajustes diários no mercado interno. / COLABOROU CAIO RINALDI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/04/2019

Seção: Economia

Autor: Dida Sampaio Lorena Rodrigues / BRASÍLIA

Título: Plano de Guedes para gás mais barato encontra resistência na Petrobrás

Infraestrutura. Em troca de mensagens flagrada pelo "Estado", ministro é informado de plano da "turma do gás" da Petrobrás para a criação de um "gestor de gasoduto", o que seria considerado intervencionismo; projeto de Guedes é de abertura do mercado

Setores da Petrobrás resistem ao plano do ministro da Economia, Paulo Guedes, de abrir o mercado de gás e acabar com o monopólio da estatal. A divergência foi explicitada em uma troca de mensagens flagrada pelo "Estado" entre Guedes e integrantes de um grupo de WhatsApp chamado "Equipe Econômica". Em uma das mensagens, Guedes diz que o gerente executivo de Gás e **Energia** da Petrobrás, Marcelo Cruz, quer "desvirtuar o projeto".

O Estado fotografou Guedes conversando no grupo, que tem representantes do ministério e presidentes de bancos públicos, durante a "Cantata de Páscoa" no Palácio do Planalto, promovida pelo presidente Jair Bolsonaro na quarta-feira.

Na conversa, o ministro encaminha ao grupo mensagem que havia recebido do economista Carlos Langoni – que vem atuando como uma espécie de mentor de Guedes na área de gás. "Gde (Grande) PG (Paulo Guedes): O Império contra ataca! Atenção: a turma do gás da PB (Petrobrás) – contrária à abertura – quer criar um Gestor de Gasoduto! Coisa de burocrata intervencionista! No sense!", afirma o economista na mensagem que foi encaminhada ao grupo.

Langoni diz ainda que é preciso alertar "RCB e Luciano", numa referência ao presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, e a Luciano Irineu de Castro, principal conselheiro da área energética na época da campanha do presidente Jair Bolsonaro e assessor da presidência da Petrobrás. E diz que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) é contra a "ideia maluca" de criação do gestor, que não discutiria o termo de ajuste que é negociado com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a agência.

Em seguida, Guedes digita: "Marcelo Cruz... gerente de gás da Petrobrás. Quer desvirtuar o projeto". Na mesma conversa, uma segunda pessoa, identificada no celular do ministro como sendo o presidente do BNDES, Joaquim Levy, escreve: "liberdade ao gás... Langoni tá certo e temos que acelerar ajuste legislação dos estados. Abertura jah".

Segundo o Estadão/Broadcast apurou, o governo identificou que há certa "resistência interna" na Petrobrás, mas que parte de um grupo pequeno, que defende a manutenção do controle estatal no mercado de gás. Isso, porém, não é considerado um obstáculo à implementação da agenda liberal defendida por Guedes.

Langoni tem sido o responsável pelas ideias que vêm sendo desenvolvidas pelo governo para o setor. Também egresso da Universidade de Chicago, como Guedes, ele é amigo do ministro de longa data e um dos expoentes do pensamento liberal no País.

Em nota, a assessoria de Langoni, que é diretor do Centro de Economia Mundial da FGV, disse que ele e Guedes conversam regularmente sobre questões importantes e variadas da agenda econômica. "Langoni não tem qualquer ligação formal com a Petrobrás ou com o governo", completou.

Procurado para se pronunciar sobre a troca de mensagens fotografada pelo Estado, o Ministério da Economia não se manifestou. Petrobrás e BNDES também não se pronunciaram. Nos últimos dias, Levy tem defendido a "liberdade ao gás" pedida por ele no grupo. Na segunda-feira, em debate organizado pelo Lide, ele disse que há "inúmeras oportunidades". "A produção do gás no pré-sal só vai crescer mais se você aumentar a demanda. E só vai conseguir fazer isso se a distribuição do gás for mais barata", completou.

Choque. Nas últimas semanas, Guedes tem prometido dar um "choque de Energia barata" com ações que incluem a abertura do mercado de exploração e distribuição de gás natural, acabando com o monopólio da Petrobrás. Chamado de "Novo Mercado de Gás", o programa quer elevar a competitividade da indústria brasileira a partir da exploração de gás das áreas do pré-sal.

Além de atacar o refino, o programa também quer quebrar o monopólio das distribuidoras estaduais. Como antecipou o Estado, o novo plano do governo federal de socorro aos Estados – batizado por Guedes de Plano Mansueto – terá como uma das contrapartidas de acesso ao auxílio financeiro a abertura do mercado de distribuição de gás pelos governos estaduais.

Hoje, os governos regionais, que têm agências reguladoras próprias, impedem que empresas privadas acessem os dutos de distribuição estaduais. Ao entrar no programa, o Estado terá de aderir à regulação federal e criar a chamada figura do consumidor livre, que desobriga a compra de gás somente da distribuidora local.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/04/2019

Seção: Economia

Autor: Leticia Fucuchima / SÃO PAULO Dida Sampaio / BRASÍLIA

Título: Bolsonaro diz ter 'simpatia inicial' por venda da Petrobrás

Comentário foi feito após Guedes dizer que o presidente "levantou a sobrancelha" quando questionado sobre tema

O presidente Jair Bolsonaro disse que tem "simpatia inicial" pela ideia de privatização da Petrobrás. A declaração foi dada ao blog da jornalista Natuza Nery quando questionado sobre a declaração dada na quarta-feira pelo ministro

da Economia, Paulo Guedes, de que ele havia "levantado a sobancelha" quando foi aventada a ideia de privatizar a estatal.

Durante a campanha, Bolsonaro admitiu a possibilidade de privatizar a estatal, embora tenha dito ser pessoalmente contra. "Eu entendo que a Petrobrás é estratégica, por isso não gostaria de privatizá-la. Esse é o sentimento meu. Então é o recado que dou para o pessoal da Petrobrás: vamos ajudar a buscar uma solução. Se não tiver solução, tem que privatizar."

Guedes tocou no assunto enquanto comentava o episódio da interferência no reajuste do preço do diesel, em entrevista à GloboNews. "Essa crise do diesel não mostra que o melhor caminho seria privatizar a Petrobrás?", perguntou o entrevistador, ao que Guedes rebateu: "Olha, você acabou de dizer um negócio que o presidente levantou a sobancelha."

Cobrado por explicações, Guedes desconversou. "Ué, se o preço do petróleo sobe no mundo inteiro e não tem nenhum caminhoneiro parando no Trump, não tem nenhum caminhoneiro parando na Merkel, não tem nenhum caminhoneiro na porta do Macron, será que tem um problema aqui?"

Pressionado a detalhar sobre o levantar de sobancelha, Guedes disse que o Bolsonaro lhe enviou mensagens comparando o número de petroleiras no Brasil e em outros países. "Brasil: veio uma bandeirinha só da Petrobrás. Acho que ele quis dizer alguma coisa com aquilo."

Questionado se Bolsonaro estaria mais próximo de concordar com a privatização da Petrobrás, Guedes disse: "Não. Acho que isso seria um salto muito grande. Mas tem uma estatal particularmente que outro dia nós estávamos conversando e ele disse "PG, você está certo"".

O ministro não disse qual seria a empresa. "Na minha interpretação, está ficando claro para o brasileiro e para o mundo o seguinte: tem cinco bancos, tem seis empreiteiras, tem uma produtora de petróleo e refinaria, tem três distribuidoras de gás e tem 200 milhões de patos".

Defesa. Na edição de ontem, o Estado revelou que horas antes do anúncio do aumento do preço do diesel, Guedes discutiu a privatização da Petrobrás e de outras estatais no grupo de WhatsApp "Equipe Econômica". Na conversa fotografada pelo jornal, o presidente do Banco do Brasil, Rubem Novaes, defendeu a privatização irrestrita.

"Se a Petrobrás fosse privada em um ambiente de competição, toda essa celeuma em torno do preço do diesel não aconteceria", disse, e completou com a frase atribuída ao economista Aba Lerner: "Uma transação no mercado é um problema político resolvido."

Disse ainda que enviou a mesma mensagem a Bolsonaro. "Ele precisa perceber que a vida dele seria bem melhor se privatizasse tudo em um ambiente competitivo", escreveu. "Vale também para o BB, pois é constante a choradeira nos ouvidos do presidente por questões relacionadas ao banco."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Declodt e Fernanda Guimarães

Título: » So long.

Coluna do Broadcast

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica (Taesa) prepara, junto ao Santander, uma nova captação de debêntures de infraestrutura para financiar três projetos, entre eles o de Miracema. O plano é levantar cerca de R\$ 400 milhões. O que chama a atenção do mercado é o prazo de 25 anos, uma vez que, de acordo com profissionais, os projetos se pagam antes disso. Por outro lado, com a Selic nas mínimas históricas e os investidores altamente interessados em comprar papéis de empresas, o alongamento dos prazos é prática recorrente. Afinal, o retorno das debêntures aumenta à medida que o vencimento fica mais longo.

» **Sem concorrência.** Para as empresas, por sua vez, com a demanda tão alta, o custo das captações no mercado de capitais está excelente. No mês passado, o diretor presidente da companhia, Raul Lycurgo, chegou a comentar que a **Taesa** tem conseguido captar a condições muitas vezes melhores do que as oferecidas por bancos de fomento como BNDES e BNB e que tradicionalmente tinham os menores custos para as empresas. Ele sinalizou também que buscaria recursos no mercado para as linhas de Mariana, Aimorés e Paraguaçu, além de Miracema. Nos quatro projetos, os investimentos somam R\$ 1,3 bilhão, sendo R\$ 808 milhões vindos da Taesa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/04/2019

Seção: Economia

Autor: LETICIA PAKULSKI, NAYARA FIGUEIREDO, FELIPE FRAZÃO e RENÉE PEREIRA

Título: Caminhoneiros ainda divergem sobre nova paralisação

Grupo marcou data para greve, mas muitos motoristas preferem esperar para encontrar outra solução

Muitos caminhoneiros ainda tentam digerir a alta de R\$ 0,10 no preço do diesel, anunciada na quarta-feira pela Petrobrás. Endividados e em situação financeira precária, eles tentam encontrar uma alternativa para não decretarem greve nas próximas semanas, o que poderia piorar ainda mais o quadro econômico do País e dos motoristas. Mas, para a ala mais radical da categoria, não há conversa. Nesse grupo, a paralisação já tem data marcada: dia 29 de abril. A decisão, no entanto, não tem aval de toda a categoria.

O representante dos caminhoneiros Wanderlei Alves, conhecido como Dedeco, é o mais ativo na organização da greve no fim do mês. Ele afirma que já está montando a logística da paralisação, mas não quis dar detalhes de como será. "Isso não foi uma decisão só minha, foi decidido em grupo por várias lideranças de caminhoneiros", ressaltou. Ele acredita que, a exemplo do que ocorreu no ano passado, o movimento deve atingir o Brasil inteiro, crescendo à medida que os dias passam.

A mudança da data, inicialmente prevista para dia 21 de maio, ocorreu por causa do novo aumento do diesel. "Não tem mais condição. Os caminhoneiros estão cientes de que, dentro de 14, 15 ou 16 dias vai ter outra alta do óleo, e esse aumento de R\$ 0,10 já afetou em R\$ 1 mil o lucro mensal, e o frete continua o mesmo."

A mobilização, assim como a greve do ano passado, está sendo feita por grupos de WhatsApp fechados apenas para caminhoneiros, conforme o representante. Segundo Dedeco, o efeito da greve na economia poderia ser evitado. "O que eu vejo é o seguinte: o prejuízo da paralisação da economia é o valor que o governo poderia desembolsar para oferecer subsídio no diesel até que o piso mínimo do frete funcionasse para valer." Dedeco reforçou ainda que a categoria espera uma resposta do governo. "Bolsonaro falou com os índios, será que vai conversar com a gente?"

Outro representante dos caminhoneiros autônomos, Josué Rodrigues, também disse que apoia a greve do dia 29. "Nós vamos para o Brasil todo, vai ser efeito dominó como em 2018. A maioria dos líderes de verdade decidiu pelo dia 29 de abril", disse ele ontem ao Estado. "A paralisação resulta por causa desse aumento de ontem e por não cobrar o tabelamento mínimo do frete. Nem acabou de acertar uma coisa e já está aumentando de novo."

Apesar do descontentamento, há ainda aqueles que preferem aguardar um pouco mais antes de adotar a paralisação. Um dos líderes dos caminhoneiros autônomos que ganharam destaque após a paralisação do ano passado, o presidente da Cooperativa dos Transportadores Autônomos do Brasil, Wallace Landim, conhecido como Chorão, ouviu na quarta-feira, em reunião com os

ministros da Agricultura, Tereza Cristina, e da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, que as autoridades vão ajudar a "buscar trabalho para a categoria".

"Fiquei confiante. É mais uma prova de que o governo está dialogando com a categoria, com aqueles que realmente trabalham", afirmou Chorão, que criticou quem está marcando greve. Sobre o reajuste do diesel, ele disse que a lei do piso mínimo do frete já tem dispositivo que prevê alta do frete quando há reajuste no combustível. "Na lei nós temos o gatilho, ou seja, quando sobe ou cai o preço do diesel, o frete é reajustado. O ministro Tarcísio disse que já vai ver essa questão."

Na quarta-feira, Freitas afirmou o governo planeja um gatilho para que o aumento do combustível seja imediatamente repassado à tabela do frete. Procurada pelo Estado, a assessoria de imprensa do Ministério da Infraestrutura disse que o ministro não irá comentar o anúncio da greve para o dia 29.

O líder do Comando Nacional do Transporte (CNT), Ivar Schmidt, desaprovou a alta de preço, mas considerou cedo falar sobre paralisação. "Existe a percepção de que o governo atual é muito recente e ainda não teve tempo de trazer uma solução." Mas advertiu: "Se tiver mais dois reajustes já seria motivo para uma nova greve."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/04/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Preços do petróleo fecham semana em alta

Os contratos futuros de petróleo voltaram a fechar em alta ontem, dia de baixa liquidez em função da véspera da sexta-feira santa. Os contratos chegaram a operar em baixa após dados modestos da Europa, mas se fortaleceram com foco nas bolsas de Nova York.

O petróleo WTI para junho, contrato mais líquido, teve alta de 0,31%, cotado a US\$ 64,07 o barril na New York Mercantile Exchange (Nymex). Já o petróleo tipo Brent para junho avançou 0,49%, cotado a US\$ 71,97 na Intercontinental Exchange (ICE). Na comparação semanal, o WTI avançou 0,28%, enquanto o Brent subiu 0,59%.

Índices de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) piores do que o esperado da zona do euro e do setor manufatureiro da Alemanha fizeram o petróleo recuar mais cedo. Mais para o meio da manhã, contudo, dados positivos dos EUA apoiaram a demanda pela commodity, acompanhando a melhora nas bolsas americanas.

Na agenda de indicadores, o número de poços e plataformas de petróleo em atividade nos EUA teve um recuo de 8 unidades na última semana, ficando em 825, de acordo com a Baker Hughes, companhia que presta serviços no setor. A queda é a primeira em três semanas, colaborando para o aperto na produção do óleo e, consequentemente, apoiando a alta nos preços da commodity.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/04/2019

Seção: Política

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Salles decide militarizar pasta do Meio Ambiente

Ministro nomeou para cargos 12 policiais militares e integrantes das Forças Armadas

A área ambiental do governo Bolsonaro passa por um processo de militarização. Do alto escalão do Ministério do Meio Ambiente (MMA) até as diretorias do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), postos-chave estão agora sob a tutela de oficiais das Forças Armadas e da Polícia Militar. A orientação dada pelo próprio presidente Jair Bolsonaro e levada a cabo pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, é a de acabar com o "arcabouço ideológico" no setor. Já são pelo menos 12 militares.

Ontem, Salles exonerou o diretor de planejamento do Ibama, Luiz Eduardo Nunes, servidor de carreira do órgão federal. O posto deve ser ocupado por Luis Gustavo Biagioni, recém-aposentado da PM de São Paulo, onde trabalhou na polícia ambiental como major e tenente-coronel. Anteontem, foi confirmada a indicação do comandante da PM Ambiental de São Paulo, coronel Homero de Gorge Cerqueira, para ser o presidente do ICMBio. Um dia antes, ele nomeara Davi de Souza Silva, também de formação militar, para a regional do Ibama em São Paulo.

Cada troca é informada a Bolsonaro. Ontem, o presidente voltou a criticar o Ibama e uma multa que o órgão aplicou a índios que produzem soja transgênica em Mato Grosso. "Multados pelo Ibama em R\$ 120 milhões. Já sabem o que vamos fazer com essa multa, né?" disse Bolsonaro, sinalizando que pedirá sua anulação. O presidente afirmou que o Ibama "é uma órgão muito mais aparelhado do que o Ministério da Educação". Anteontem, disse que, "com o Salles, nosso ministro do Meio Ambiente, tomamos providências para substituir esse tipo de gente".

Levantamento feito pelo Estado aponta que o gabinete do ministro passou a contar com oito militares em cargos comissionados, oficiais que despacham ao

lado da sala de Salles. Os cargos envolvem desde a chefia de gabinete até a ouvidoria e comunicação institucional da pasta. Na sede do Ibama, duas diretorias já são comandadas por militares.

As superintendências estaduais do órgão também serão ocupadas por militares. A nomeação de um militar para comandar o Ibama em São Paulo é só a primeira de muitas trocas por vir. Uma fonte do governo disse que Salles e Bolsonaro têm convicção de que há corrupção nos órgãos ligados à pasta. Por isso, querem um "controle mais rígido" das operações, além do afastamento de servidores que atuaram nos governos petistas. "Eu conversei com o Salles. Ele vai aproveitar oficiais da Polícia Ambiental, que conheceu quando era secretário do Meio Ambiental de São Paulo", disse o senador Major Olímpio (PSL-SP).

Paralelamente, o governo discute a possibilidade de fusão do Ibama e do ICMBio, o que poderia ocorrer no segundo semestre. Salles evita dar detalhes sobre o assunto, limitando-se a dizer que, "por enquanto", não haverá a integração. O Ibama fiscaliza e protege o meio ambiente e licencia empreendimentos, enquanto o ICMBio atua nas unidades de conservação ambiental.

Crise. Salles está no centro de uma crise. Na semana passada, mandou o presidente do Ibama rever parecer do órgão para autorizar o leilão de poços de petróleo ao lado de Abrolhos. Nesta semana, servidores divulgaram uma carta acusando o ministro de promover a "destruição da gestão ambiental". O estopim foram as declarações feitas por ele em um evento no Rio Grande do Sul. Salles pediu punição a funcionários do ICMBio porque estes não compareceram ao encontro. Eles dizem que não foram convidados. A situação levou o presidente do ICMBio, Adalberto Eberhard, a pedir exoneração.

Questionado sobre a militarização de sua pasta, Salles não comentou. O ministério impôs lei do silêncio ao Ibama e ICMBio. Qualquer pedido de informação aos órgãos tem de ser encaminhado à pasta. / COLABORARAM GIOVANA GIRARDI, LUCI RIBEIRO E MARCELO GODOY

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/04/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: João Lara Mesquita

Título: Ministério do Meio Ambiente, de mal a pior

Não poderia ser diferente. Desde a campanha, Jair Bolsonaro não faz outra coisa se não demonizar o ministério, ambientalistas e ONGs. E teve a bravata de transformar o MMA em apêndice do Ministério da Agricultura. Foi um

quiproquó. O ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues teve de explicar: “É de interesse do produtor preservar.

E a sustentabilidade é um fator diretamente ligado à competitividade. Hoje, os consumidores do mundo inteiro querem saber como a coisa foi produzida. Para sermos competitivos é preciso ter essa preocupação”. Bolsonaro tem o direito de mexer nos ministérios. Mas humilhar um deles, não. Foi o que fez ao condenar publicamente a equipe que cuida de nosso maior ativo. Ainda em campanha, ameaçou tirar o País do Acordo de Paris, resultado do protagonismo brasileiro desde a ECO-92. Quem se arrepiou foi Emmanuel Macron.

O presidente francês retrucou que é “contrário a assinar acordos comerciais com países que não respeitam o Acordo de Paris”. Foi outro bafafá. Finalmente, saiu a indicação para o Ministério do Meio Ambiente: o advogado Ricardo Salles, ex-secretário de Meio Ambiente de São Paulo na gestão Alckmin, quando ficou 13 meses cargo. Acabou condenado por improbidade administrativa por matéria relacionada à APA Várzea do Tietê.

É fundador do Movimento Endireita Brasil (MEB). Recentemente disse ser “o único direitista do Brasil”. Eleito, Bolsonaro continuou a torpedear o MMA e seus dois braços, o Ibama e o ICMBio. “Não vou mais admitir o Ibama sair multando a torto e a direito por aí, bem como o ICMBio. Essa festa vai acabar”, afirmou. Não demorou para acontecer a tragédia em Brumadinho, o maior acidente do mundo entre mineradoras, em número de mortes. Acertadamente, o ministro Ricardo Salles multou a Vale em R\$ 250 milhões...

Por falar em Vale, é preciso lembrar o primeiro acidente, quando veio abaixo a barragem do Fundão. “Na Justiça criminal ou nos tribunais cíveis, a tragédia do rompimento da Barragem do Fundão permanece, três anos depois, uma questão sem resposta para as quase 500 mil pessoas atingidas entre Minas Gerais e o Espírito Santo.

Nem mesmo as famílias dos 19 mortos soterrados pelo tsunami de 40 milhões de metros cúbicos (m³) de lama e rejeitos de minério de ferro receberam uma compensação financeira condizente com a sua perda. A estimativa mais otimista dos promotores de Justiça que atuam na força-tarefa do Rio Doce é de que os ressarcimentos comecem a ser pagos em meados de 2020” (O Estado de Minas). Lembro que o licenciamento ambiental (que o presidente pretende ‘flexibilizar’) da barragem de Fundão era controverso.

Matéria do Estado, de janeiro de 2016: “A mineradora pressionou o projetista da barragem, Joaquim Pimenta de Ávila, a emitir documento fora das especificações na etapa inicial da construção da represa que ruiu”. Mais uma vez, o Ibama agiu com competência. Uma das obrigações da Samarco,

subsidiária da Vale, era apresentar um plano de recuperação para o vale do Rio Doce. A empresa mostrou um projeto tão ruim que não foi aceito.

Para a autarquia, “o plano era de caráter genérico e superficial, sem considerar o imenso volume de informações produzidas e disponíveis até o momento, além de apresentar pouca fundamentação metodológica e científica”... Se a empresa, à época, fosse multada em valor semelhante ao do último acidente, é possível que Brumadinho não tivesse acontecido.

Quem sabe? Começa a gestão Salles. Pouco depois dos primeiros dois meses, o ministro que jamais teve curiosidade em pôr os pés na Amazônia exonerou dois chefes de unidades de conservação porque denunciaram interferência externa. Um deles multou um “poderoso” secretário de Bolsonaro – o secretário de Ecoturismo, Gilson Machado Neto (PSL-AL).

Pouco depois o ministro instaurou a mordaza no MMA, determinando a lei do silêncio. Protestei, via site Mar Sem Fim. No mesmo dia recebi uma ligação. Salles queria dar a sua versão, ao mesmo tempo que me convidava a ser secretário de Biodiversidade do MMA. Declinei. A poeira não havia assentado quando houve mais uma decisão imperial.

O neófito ministro ignorou recomendações técnicas do Ibama e autorizou o leilão de sete blocos de petróleo na região do Arquipélago de Abrolhos, o único banco de corais do Atlântico Sul. Ninguém de bom senso seria contrário à exploração de petróleo. É uma bênção que um País cheio de desigualdades, como o nosso, não pode desperdiçar.

Mas por que agora a exploração dos mares adjacentes a Abrolhos? Por que não oferecer outras áreas? Recentemente, o Estado publicou artigo do professor emérito da USP José Goldenberg sobre Brumadinho. Ele relembrou a trajetória de Paulo Nogueira Neto, titã do ambientalismo, “que conseguiu convencer Médici a criar, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema) no Ministério do Interior, à frente da qual permaneceu até 1985 e onde conseguiu introduzir toda a legislação e os órgãos administrativos da área ambiental”.

Goldenberg finaliza dizendo que “órgãos como o Ibama frequentemente não tiveram apoio para pôr em prática a excelente legislação criada por Paulo Nogueira Neto”. Daí Brumadinho, concluiu. A última pérola de Salles ocorreu sábado passado no Rio Grande do Sul, quando ameaçou, na presença do presidente do ICMBio, Adalberto Eberhard, funcionários do órgão: “Determino a abertura de processo administrativo disciplinar contra todos os funcionários” (que não estavam presentes ao evento por não terem sido convidados).

Um dia depois recebeu carta de demissão de Eberhard. Epílogo desse imbróglio: o ministro Ricardo Salles segue célere dismantelando a obra de Paulo Nogueira Neto. Encerro emprestando o final de um artigo do articulista Rolf Kuntz (O Estado de S. Paulo) que analisava a administração atual: “Escatológico, mesmo, é o despreparo do presidente”.

Jornalista, Mantenedor do site www.marsemfim.com.br

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/04/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Mesmo após reajuste, preço do diesel manteria defasagem internacional

Para entidades do setor, ainda há espaço para aumentos; banco estima inverso e diz que preço no país está acima do mercado global

RIO DE JANEIRO - O reajuste de 4,8% no preço do diesel anunciado pela Petrobras nesta quarta (17) não foi suficiente para eliminar a defasagem em relação às cotações internacionais, apontam especialistas no setor.

O preço da gasolina, que não é alterado desde o dia 5 de abril, também é inferior ao praticado no mercado global. Segundo a Abicom, associação que reúne as importadoras de combustíveis, a defasagem no preço do diesel era de R\$0,06 por litro nesta quinta (18). Na quarta, antes do reajuste, era de R\$ 0,16 —o reajuste foi de R\$ 0,10 por litro.

A conta considera o conceito de paridade de importação, que inclui o preço do produto mais os custos para trazê-lo ao país, usado pela estatal em sua política de preços. Segundo o CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura) este indicador teve alta R\$ 0,13 por litro no período em que a estatal segurou o preço do diesel.

"Apesar da Petrobras continuar afirmando que segue a política de paridade internacional, o aumento informado é incapaz de cobrir a variação da paridade no período", diz relatório de acompanhamento de preços elaborado pela consultoria.

O reajuste ocorreu seis dias depois de recuo da Petrobras em reajuste de 7,7% anunciado no preço do diesel, decisão tomada após telefonema do presidente Jair Bolsonaro para o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco.

Vendo sinais de intervenção política, o mercado derrubou as ações da estatal no dia seguinte, levando a empresa a perder R\$ 32 bilhões em valor de mercado. Nesta quinta (18), as ações preferenciais da Petrobras subiram 3,18%.

"A decisão reforça a independência da gestão da Petrobras e soma-se com diversas medidas e iniciativas definidas pela empresa em conjunto com o governo para evitar nova greve dos caminhoneiros", escreveu Thiago Salomão, da Rico Investimentos.

Para analistas do UBS, o aumento é positivo, mas é preciso esperar o próximo reajuste para confirmar se a Petrobras terá autonomia de fato para definir os preços de acordo com o mercado internacional.

Ao contrário da Abicom e do CBIE, o banco avalia que o diesel vendido pela Petrobras está 11,4% acima da paridade de importação.

Em entrevista na quarta, o presidente da Petrobras disse que o recuo foi decisão interna e que Bolsonaro lhe garantiu independência.

Ele afirmou que "por enquanto" não há planos para mexer na política de preços. Instituída em outubro de 2016, ela teve duas reavaliações: em 2017, a empresa autorizou reajustes diários e, após a paralisação dos caminhoneiros, estendeu o prazo.

No caso do diesel, os reajustes respeitam um prazo de 15 dias desde 26 de março. Após a alta desta quinta, o preço nas refinarias da Petrobras foi a R\$ 2,2470, o maior nível desde outubro de 2017, quando o combustível era subsidiado por programa federal.

Para sexta (19), a estatal decidiu manter inalterados os preços do diesel e da gasolina.

Sem reajustes nos últimos 15 dias, o preço da gasolina nas refinarias da estatal está R\$ 0,07 por litro, abaixo das cotações internacionais, segundo a Abicom. O CBIE fala entre R\$ 0,02 e R\$ 0,13, dependendo do ponto de entrega.

Nos últimos 30 dias, diz o CBIE, a estatal promoveu dois reajustes, somando R\$ 0,11 por litro. Nesse período, a paridade de importação teve alta de R\$ 0,18 por litro. "Vale ressaltar que a variação insuficiente foi sobre uma base já defasada", diz a consultoria.

O CBIE alerta que o problema pode ser agravar, já que o preço da gasolina costuma subir neste período do ano, pressionado pelo aumento da demanda com a chegada do outono no hemisfério norte.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 19/04/2019****Seção: Mercado****Autor: Anais Fernandes****Título: Tesouro vai propor limitar reajuste dos servidores a mandato dos governantes**

São Paulo - O projeto de lei sobre ajuda fiscal aos estados que o Tesouro Nacional prepara para enviar ao Congresso deve incluir uma limitação para políticos das três esferas do poder concederem aumento ao funcionalismo.

Segundo Mansueto Almeida, secretário do Tesouro, governantes são proibidos de dar reajuste salarial a servidores nos últimos seis meses de mandato, mas muitos aprovam esses aumentos para os anos seguintes e deixam de herança um gasto irreversível para seus sucessores.

"O entendimento na Justiça tem sido de que o aumento salarial dado por lei é direito adquirido", disse o secretário ao participar de um evento da Câmara de Comércio França-Brasil nesta quinta-feira (18).

A ideia, diz Mansueto, é permitir que os governos federal, estadual e municipal só possam dar aumento ao funcionalismo para vigorar em seu próprio mandato.

A determinação, segundo o secretário, já constava na Lei Complementar nº 156, de 2016, que permitiu o alongamento da dívida dos estados, mas caiu ao passar pelo Congresso Nacional.

"Agora o ambiente é diferente, porque os próprios governantes reconhecem que seria bom. Não tem problema dar aumento, mas é complicado pegar dois ou três anos de quem ainda será eleito", afirmou Mansueto Almeida.

Ele reforçou que, embora o Tesouro vá aproveitar a lei sobre o plano de equilíbrio fiscal dos estados para encaminhar a proposta, a limitação abará todas as esferas governamentais.

Almeida disse ainda que o projeto deve ser encaminhado nas próximas duas semanas.

Governadores cobram o ministro Paulo Guedes (Economia) pela demora de sua equipe em apresentar o plano de socorro aos estados em dificuldade financeira —alguns condicionam a medida a um apoio mais enfático pela reforma da Previdência.

De acordo com o plano, estados com notas de crédito mais baixas (C e D) poderiam usar a União como garantia de empréstimo junto a bancos privados.

Para isso, no entanto, governadores devem entregar um plano de contenção de despesas.

Mansueto afirmou que a própria reforma no sistema de aposentadorias também trará algum alívio para os estados. A magnitude da economia, segundo ele, vai depender da capacidade de o governo formar base política.

"Se o governo não construir uma base forte, vamos ver uma reforma aprovada com uma economia muito pequena. Mas eu acho que isso o governo já deixou muito claro que quer fazer, chamou vários líderes para conversar nas últimas semanas e começou a ser mais incisivo na construção dessa base", disse.

A definição na quarta-feira (17) de um bônus de assinatura de R\$ 106 bilhões no megaleilão do petróleo, que será realizado em outubro, deve gerar uma arrecadação de cerca de R\$ 72 bilhões ao governo no fim do ano, segundo Mansueto.

Isso, somado aos R\$ 126 bilhões em devolução que o Tesouro solicitou ao BNDES, poderia fazer com que o Brasil conseguisse praticamente estabilizar sua dívida pública neste ano.

"O que significa que ganharíamos um tempo até sentir o efeito da reforma da Previdência na redução do déficit fiscal", disse Mansueto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/04/2019

Seção: Opinião

Autor: Hélio Schwartsman

Título: Bem feito!

São Paulo- A última canelada iliberal de Jair Bolsonaro causou reveses bilionários à Petrobras e terá um custo ainda maior em termos de perda de credibilidade.

Meu lado racional torce para que Jair Bolsonaro pare de sabotar seu próprio governo e faça o que precisa ser feito. Se o barco afundar, todos nos tomaremos náufragos. Meu lado sádico, contudo, não resiste a dizer "bem feito!" à turma do mercado e a todos aqueles que acreditaram que o capitão reformado seria capaz de tocar uma agenda liberal.

Bolsonaro passou 28 anos na Câmara onde, além de esmerar-se na arte de fazer comentários que chocam a sensibilidade das pessoas normais, não desperdiçou oportunidades de votar em propostas conservadoras, intervencionistas, corporativistas e outras que violam pressupostos básicos do liberalismo.

Dá para conciliar conservadorismo e liberalismo? No mundo sublimar, sim. As pessoas escolhem para si os mais absurdos “blends” de crenças. Um Datafolha de 2010 mostrou que, dos brasileiros que se diziam ateus, 7% acreditavam em Adão e Eva e 23% eram partidários da evolução “comandada por Deus”.

O princípio da não contradição não faz surgir um raio exterminador que fulmine quem assuma posições incongruentes. Mas é forçoso reconhecer que a confiabilidade dos que sustentam combinações malucas de crenças é menor do que a daqueles que conseguem articular ideias coerentes.

E não vejo como se possa, de modo consequente, ser liberal na economia, mas não em relação aos costumes — ou vice-versa. É no mínimo exótico achar que o indivíduo é o melhor juiz para escolher qual carreira ele deve seguir e onde vai vender seus produtos, mas não para decidir como e com quem vai fazer sexo consensual, que substâncias ingerirá e que livros poderá ler.

Autoengano parece-me a melhor explicação para a atitude dos liberais que apoiaram a eleição do mais iliberal dos candidatos.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/04/2019

Seção: Economia

Autor: JOÃO SORIMA NETO

Título: Petroleira sobe após reajuste do diesel e garante alta de 1,39% à Bolsa

SÃO PAULO- As ações da Petrobras tiveram bom desempenho ontem na Bolsa de Valores, um dia após a estatal anunciar um reajuste no preço do diesel nas refinarias.

Investidores entenderam o anúncio como sinal de independência da diretoria da empresa, depois da trava imposta pelo presidente Jair Bolsonaro ao mesmo reajuste na semana passada.

Isso garantiu ganhos tanto para os papéis da petroleira, quanto para o Ibovespa, principal índice acionário do país, que subiu 1,39%, aos 94.578 pontos.

O avanço do preço do petróleo no exterior foi outro elemento que contribuiu para a alta de 1,68% das ações ordinárias da estatal e de 3,25% nos papéis preferenciais. Na Bolsa de Nova York, recibos de ações da Petrobras subiram

mais de 3% no início dos negócios e encerraram o pregão com valorização de 2,09%.

PRIVATIZAÇÃO

A sinalização do presidente Bolsonaro sobre sua simpatia em relação a uma futura privatização da petroleira também não passou despercebida. Para Ari Santos, operador de Bolsa da corretora H.Commcors, isso não significa que a venda da Petrobras possa entrar na pauta imediatamente.

— É uma sinalização que o viés liberal pode chegar a bancos estatais como a Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Mas não significa que isso vai acontecer em breve. Mostra apenas que qualquer empresa pode passar para a iniciativa privada.

As ações de bancos também fecharam no azul. Os papéis ordinários do Itaú subiram 1,57%, e os do Bradesco ganharam 1,37%.

No câmbio, o dólar comercial fechou em queda de 0,15%, cotado a R\$ 3,92.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Planos ousados de Paulo Guedes

O ministro Paulo Guedes faz promessas ousadas. Fala em acabar com a contribuição patronal à Previdência e mudar radicalmente os impostos no país. Diz que isso pode criar 10 milhões de empregos. Acha que pode superar o déficit fiscal que seu próprio ministério previu no projeto de Orçamento para 2020, porque conseguirá uma “enxurrada de dinheiro”. Promete também “um choque de Energia barata”.

Em uma hora e meia de entrevista, ele desfilou para uma equipe de jornalistas da Globonews seus projetos, suas ideias, algumas ainda embrionárias, e novas reformas. Mas avisou que tudo depende de vencer — e bem esta etapa da reforma da Previdência. Se a reforma for fraca, resolve-se apenas o problema do atual governo. Se ela for forte, pode-se passar para o que ele realmente deseja, que é a capitalização.

Ele admite que a reforma enfrenta problemas na CCJ e dá um sinal de que alguns pontos podem ser mudados, como o dispositivo que trata da idade de aposentadoria compulsória de ministros do Supremo. O artigo manda essa alteração para lei complementar. E isso está sendo visto como um movimento

para que o presidente Bolsonaro nomeie mais ministros. Ele nega que esse seja o objetivo, mas admitiu que há “jabutis” no texto.

Uma das declarações já estava ontem causando problemas. Foi a que ele se referiu à Zona Franca de Manaus. Perguntei sobre a reforma tributária que ele tem dito que fará, a começar do IVA federal, que uniria o IPI, Pis/Cofins, uma parte do IOF e talvez até a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Uma dificuldade é como unir impostos com bases de incidência tão diferentes, a CSLL incide sobre lucros, o IPI, sobre produção industrial. Ele disse que tudo isso tem sido estudado. Outro ponto é o futuro da Zona Franca de Manaus. Hoje ela existe com base nas isenções e reduções de impostos que ele pensa em extinguir ou fundir. Na prática, isso acabaria com as vantagens:

— Quer dizer que o Brasil agora não pode ficar mais eficiente porque tem que manter a Zona Franca? Ela vai ficar do jeito que ela é, ninguém nunca vai mexer com ela. Agora, quer dizer que não vou simplificar impostos no Brasil? Eu tenho que deixar o Brasil bem ferrado, porque senão não tem vantagem para Manaus?

A declaração do ministro já provocou forte reação dos políticos do Amazonas. O que ele quer dizer é que o projeto de simplificação de impostos não pode ter como objetivo manter uma vantagem tributária de uma região. Minha pergunta foi apenas para mostrar um ponto da enorme complexidade que cada mudança no Brasil provoca.

Ele quer também acabar com as contribuições patronais para a Previdência e substituí-las por um novo imposto sobre pagamentos. O ministro usou palavras fortes para criticar a carga que recai sobre a empresa em cada emprego que cria. Disse que tributar o trabalho é “o mais perverso de todos os impostos, um absurdo, um contrassenso, uma injustiça social, ineficiência, um negócio completamente detestável” Na hora que derrubar esse imposto, o país estará com capacidade de criar 10 milhões de empregos em três anos, ele disse. Esse caminho de tirar os impostos sobre o trabalho é desejável, sem dúvida, o difícil é saber como fazer. Recentemente o país tentou apenas reduzir e teve enormes problemas.

Diante da pergunta sobre como pretende zerar o déficit público como prometeu, Paulo Guedes falou que há muitas fontes. Disse que a cessão onerosa já trará R\$ 73 bilhões para a União, o BNDES devolverá R\$ 126 bilhões, as privatizações serão R\$ 80 bilhões. Falou também do retorno de outras operações feitas no governo Dilma com os bancos oficiais, os instrumentos híbridos de crédito.

— Eles pedalarão não só o BNDES, pedalarão a Caixa, Banco do Brasil. Estou botando todo mundo para pagar isso, vem uma enormidade de dinheiro — disse o ministro.

Anunciou também mudanças na burocracia. O ministro falou em criar uma nova fiscalização sobre os fundos de pensão: — Vamos fazer uma agência forte, que vai rever a governança dos fundos, hoje tem a Susep e a Previc, que visivelmente falhou. Se fosse apenas um fundo (com problema), mas não. Teve Postalís, Petros, todos tiveram destruição de recursos.

Sobre o imprevisto do governo ao tratar do reajuste do diesel pela Petrobras, tema que é discutido desde a campanha eleitoral, Guedes deixou no ar uma possível privatização da empresa. Disse que Bolsonaro “levantou a sobrelha” quando tocou no assunto. Planos não faltam ao ministro da Economia. O diabo, como sempre, estará nos detalhes da execução.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/04/2019

Seção: Economia

Autor: JUSSARA SOARES, MARCELLO CORRÊA, RAMONA ORDONEZ E BRUNO ROSA

Título: Simpatia inicial pela privatização

Bolsonaro começa a rever sua avaliação a respeito da venda da Petrobras

BRASÍLIA E RIO- O presidente Jair Bolsonaro começa a mudar sua avaliação a respeito da possibilidade de privatizar a Petrobras. Em conversa com o blog da Natuza Nery, no G1, o presidente afirmou que tem simpatia pela ideia, destacando uma contradição entre a defesa do livre mercado e o monopólio da estatal.

“Eu tenho, sim, uma simpatia inicial”, afirmou Bolsonaro.

O assunto chegou a ser abordado na reunião realizada por Bolsonaro na última terça-feira com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e o ministro da Economia, Paulo Guedes, entre outros, para discutir como é calculado o reajuste do diesel. De acordo com um dos participantes do encontro, o tema foi mencionado quando se tratou da falta de concorrência no mercado de óleo e gás, desde a etapa de exploração e produção até a distribuição de combustíveis:

— O assunto da privatização foi abordado superficialmente, quando se falou das formas de aumentar a competitividade nos mercados de refino e gás.

Segundo uma fonte próxima a Bolsonaro, o presidente comentou em tese a possibilidade de vender a estatal, acrescentando que movimentos como esse exigem diálogo e estudo aprofundado. Procurado, o Palácio do Planalto não comentou.

A mudança na percepção do presidente foi revelada por Guedes, em entrevista à GloboNews na quarta-feira. Ao comentar a polêmica recente da interferência do Planalto no reajuste do diesel e o risco de uma greve de caminhoneiros, o ministro foi perguntado se o caminho seria privatizar a Petrobras. Ele respondeu:

— Você acabou de dizer um negócio que o presidente levantou a sobrancelha. Se o preço do petróleo sobe no mundo inteiro e não tem nenhum caminhoneiro parado no Trump, na Merkel... Será que tem um problema aqui? No dia seguinte, o presidente me mandou um negócio assim: nos EUA, 60 bandeiras, no Brasil, uma bandeira só, da Petrobras. Acho que ele quis dizer alguma coisa — disse o ministro, que acrescentou posteriormente que privatizar a Petrobras seria um salto muito grande para o presidente.

No fim da campanha eleitoral, Bolsonaro chegou a afirmar que era “pessoalmente contra” a venda da petroleira. Dizia que a empresa é estratégica e fez um apelo ao corpo de funcionários da estatal para que o ajudasse a buscar uma solução. No máximo, admitia privatizar partes da companhia. A Petrobras busca atualmente repassar à iniciativa privada metade de suas refinarias e uma fatia do capital da BR Distribuidora.

EPISÓDIO DO diesel

Alguns fatores contribuem para a mudança de tom do presidente ao discutir o assunto. Segundo fontes, um deles seria a repercussão negativa do telefonema de Bolsonaro ao presidente da Petrobras na semana passada para questionar um reajuste de 5,7% do diesel, que acabou suspenso. Teria pesado a explicação de Guedes de que a perda em valor de mercado pela Petrobras na Bolsa na última sexta-feira — de R\$ 32 bilhões — era só parte do prejuízo que o país poderia ter com uma gestão concentrada nas mãos do Estado.

Guedes argumentou que, com o avanço da exploração do pré-sal, o setor de óleo e gás deve extrair de US\$ 500 bilhões a US\$ 1 trilhão nas próximas décadas. E completou que a riqueza estaria em risco caso houvesse a percepção do mercado de que o governo interfere nas decisões da companhia.

A opinião do presidente sobre o assunto já mudou algumas vezes. No início do ano passado, Bolsonaro defendeu a venda da estatal nos moldes do que foi

feito com a Embraer. Na época, era a favor que a empresa mantivesse uma golden share, ação especial com poder de veto, na petroleira.

A preocupação com o aumento da concorrência é um dos pontos centrais no governo. A proposta de vender refinarias, por exemplo, é considerada o caminho para viabilizar preços menores ao consumidor. A Petrobras pretende iniciar o processo de venda de metade de suas 13 refinarias a partir de junho. A iniciativa está em linha com o plano de Guedes de fazer um choque de energia barata no país.

O setor tem passado por mudanças que incentivam a entrada de novos competidores. A Petrobras perdeu o monopólio da exploração de petróleo no país em 1997. A realização de leilões contribuiu para que empresas estrangeiras iniciassem atividades de exploração no país. Mas, quando foi descoberto o pré-sal, foi definido que a Petrobras seria operadora única dos campos, o que desagradou ao setor privado.

Após os escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava-Jato, a situação financeira da companhia se deteriorou, e o governo decidiu então rever as regras para estimular a indústria. A Petrobras deixou de ser obrigada a atuar como operadora, e o interesse dos estrangeiros aumentou. Ainda assim, a Petrobras responde pela maioria da produção.

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), existem hoje no país 32 operadores de óleo e gás. O maior é a Petrobras, responsável pela produção de 2,992 milhões de barris de óleo equivalente, mais de 90% da produção no país.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/04/2019

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari e Rafaela Gonçalves

Título: Mercado mais calmo com reajuste do diesel

O nervosismo parece ter diminuído no mercado financeiro, mas as turbulências em relação ao diesel ainda devem esquentar as reuniões na Esplanada dos Ministérios. Segundo analistas, há dois riscos iminentes: a greve dos caminhoneiros e a possível alta no preço do petróleo no mercado internacional. Ontem, o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), voltou a subir, com alta de 1,39%, aos 95.578 pontos. O dólar, por sua vez, caiu 0,11%, cotado a R\$ 3,928.

A calma no mercado ocorreu após a Petrobras anunciar a alta de R\$ 0,10 no valor do diesel nas refinarias, impedindo que a estatal tivesse prejuízos com a

manutenção do preço mais baixo. Tanto é que as ações ordinárias e preferenciais da empresa subiram 1,92% e 3,18%, respectivamente.

Mesmo que seja um movimento positivo para a Petrobras, os analistas ainda não descartam uma possível intervenção do governo federal nos preços. Isso porque há muita volatilidade no barril de petróleo no mercado internacional. Em setembro de 2018, por exemplo, o tipo brent ultrapassou US\$ 80. Atualmente, circula próximo de US\$ 72. Uma alta do produto obrigaria a estatal a elevar novamente o custo, o que poderia fortalecer o movimento dos caminhoneiros.

Além disso, o dólar também pode sofrer volatilidades fortes, principalmente por conta da reforma da Previdência (leia a matéria abaixo). Uma mudança forte no texto provocaria reações negativas para o real, elevando a moeda norte-americana. Essa possível alta impactaria no preço dos combustíveis. Adriano Pires, sócio-fundador e diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), explicou que o reajuste da Petrobras, anunciado na última quarta, ajuda a normalizar os ânimos no curto prazo, mas ainda não há calma entre os caminhoneiros.

Estratégia

Para ele, o governo federal não anunciou as medidas corretas para evitar, de vez, uma possível paralisação. “Teremos que torcer, porque esses últimos anúncios foram mais um ‘até a próxima crise’ do que algo para cessar o problema. Se o preço do diesel continuar subindo no mercado internacional, o governo não vai intervir? Acho difícil”, afirmou Pires. “É preciso ter uma solução diferenciada, como um imposto flex, que fica caro quando o petróleo está barato e barato, quando o petróleo está caro. Ou então um fundo que estabiliza o preço. As duas medidas teriam a mesma função. E o governo precisa começar a estudar isso, porque senão fica refém do mercado internacional”, completou o especialista. Guedes convocou a equipe para estudar ações para evitar altas do diesel.

O economista e diretor da Mirae Asset, Pablo Spyer, ressaltou que o mercado ficará em compasso de espera. “Houve um ajuste em relação ao que ocorreu com a Petrobras. O reajuste do diesel foi uma boa decisão estratégica, porque mostra que a empresa é independente”, destacou.

Segundo analistas, separar a estatal do governo federal é essencial para atrair investimentos. Mas tal autonomia não é defendida por parte dos caminhoneiros. A ala radical do grupo se prepara para realizar uma nova paralisação. A última ocorreu em maio e em junho de 2018, provocando um grande impacto na economia. O Produto Interno Bruto (PIB) ficou menor do que

o previsto e a inflação acelerou.

Apreensão

O ministro da Economia, Paulo Guedes, insinuou que o presidente Jair Bolsonaro tem se questionado sobre uma possível privatização da Petrobras. “Se o preço do petróleo sobe no mundo inteiro e não tem nenhum caminhoneiro parando no Trump (presidente dos Estados Unidos), não tem nenhum caminhoneiro parando na Merkel (chanceler da Alemanha), não tem nenhum caminhoneiro na porta do Macron (presidente da França), será que tem um problema aqui?”, questionou, em entrevista à GloboNews.

Para a próxima semana, os investidores deverão reagir com cautela em relação à reforma da Previdência, diante das negociações para modificar o texto. O economista Pablo Spyer disse que é um momento de apreensão. “Na minha avaliação, o mercado não viu com muito bons olhos o fato de Guedes dizer que aceitará mudanças no texto. O cenário está deixando claro que o atraso é forte diante de uma atividade que segue fraca. No momento, tudo o que interessa é quando será aprovada”, afirmou.

O desaquecimento da economia global também está no radar. Os indicadores divulgados da zona do euro vieram piores do que o estimado.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

Caminhoneiros ameaçam parar

O representante dos caminhoneiros Wanderlei Alves, conhecido como Dedéco, disse ontem que a categoria iniciará uma paralisação a partir da meia-noite do dia 29 de abril. “A maioria dos grupos de caminhoneiros já decidiu pelo dia 29 de abril, tem uns ou outros que acham que é pouco tempo, que devemos esperar ainda, mas chegamos a um ponto em que não temos mais condições de trabalhar”, disse. Segundo ele, os caminhoneiros decidiram antecipar a paralisação, anteriormente prevista para 21 de maio, em razão da nova alta do diesel. O líder do Comando Nacional do Transporte (CNT), Ivar Schmidt, no entanto, acredita que é cedo para uma paralisação. “Existe a percepção de que o governo atual é muito recente e ainda não teve tempo de trazer uma solução, mas, se tiver mais dois reajustes, haverá motivo para uma nova greve”, afirmou.

MME / ASCOM .